

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Silasneiton Gonçalves

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjcdcdh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 164/2019-PGJ, DE 18.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva a conversão em abono pecuniário de um terço das férias, no período de 1º a 10.2.2019, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, nos termos do artigo 149, § 1º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, alterada pela Lei Complementar nº 227, de 19 de outubro de 2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 168/2019-PGJ, DE 18.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4077/2018-PGJ, de 3.12.2018, na parte que concedeu o 1º período de férias à Procuradora de Justiça Ariadne de Fátima Cantú da Silva, que seriam usufruídas no período de 11 a 30.3.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 136/2019-PGJ, DE 17.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Christiane de Alencar	13 e 14.9.2018	17 e 18.1.2019
Clarissa Carlotto Torres	7 e 8.1.2017	28 e 29.1.2019
	28 e 29.1.2017	30 e 31.1.2019
	18.3.2017	1º.2.2019
Edival Goulart Quirino	6 e 7.10.2018	4 e 5.6.2019
	8 e 9.12.2018	6 e 7.6.2019
George Zarour Cezar	30.4.2016	11.12.2018
Gisleine Dal Bó	8.4.2017	22.2.2019
	9, 21 e 22.4.2017	27, 28 e 29.5.2019
Lenize Martins Lunardi Pedreira	31.5, 1º, 2 e 3.6.2018	14, 15, 16 e 17.1.2019
	11.8.2018	18.1.2019
	12.8.2018	11.2.2019
	29 e 30.9.2018	12 e 13.2.2019
	11 e 12.10.2018	14 e 15.2.2019
Marcos Martins de Brito	24.3.2016	14.6.2019
Paulo Henrique Mendonça de Freitas	13 e 14.10.2018	24 e 25.1.2019
Simone Almada Goes	30.1.2016	15.1.2019
Thiago Bonfatti Martins	26.5.2016	18.1.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 140/2019-PGJ, DE 17.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Ricardo Rotunno 11 (onze) dias de férias compensatórias, sendo 6 (seis) dias referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2013 a 6 de janeiro de 2014, e 5 (cinco) dias referentes ao período aquisitivo de 20 de dezembro de 2017 a 6 de janeiro de 2018, por ter atuado no período de 29.12.2017 a 6.1.2019, a serem usufruídos no período de 18 a 28.1.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 143/2019-PGJ, DE 17.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Edival Goulart Quirino 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 1999, a ser usufruído no dia 3.6.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 147/2019-PGJ, DE 17.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Ribas do Rio Pardo, George Zarour Cezar, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Terenos, no dia 17.1.2019, em razão de licença do titular, Promotor de Justiça Eduardo de Araujo Portes Guedes.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 159/2019-PGJ, DE 18.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar a Promotora de Justiça de Campo Grande Regina Dornte Broch para, sem prejuízo de suas funções, na qualidade de suplente, compor o Conselho de Fiscalização do Fundo Penitenciário do Estado de Mato Grosso do Sul, FUNPES - MS, nos termos do parágrafo único do artigo 8º do Decreto nº 14.356, de 22.12.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 150/2019-PGJ, DE 18.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I e II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Claudia Loureiro Ocariz Almirão	2.11.2016	14.2.2019
	5.11.2016	15.2.2019
Marcos Alex Vera de Oliveira	8 e 9.4.2017	25 e 26.2.2019
	29 e 30.4 e 1º.5.2017	27 e 28.2 e 1º.3.2019
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa	10.12.2017	11.1.2019
	16 e 17.12.2017	25 e 26.2.2019
	7.1.2018	27.2.2019
	13 e 14.1.2018	28.2 e 1º.3.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 152/2019-PGJ, DE 18.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Acrescentar os Promotores de Justiça abaixo relacionados na Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018, que estabeleceu a escala de férias individuais dos Promotores de Justiça, referente ao primeiro semestre de 2019:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO DE GOZO			PERÍODO DE CONVERSÃO
	1º PERÍODO (ou integral)	2º PERÍODO	3º PERÍODO	
Adriano Lobo Viana de Resende				21 a 30.1.2019
Daniel Higa de Oliveira	18.2 a 1º.3.2019			6 a 15.2.2019
Eduardo de Araujo Portes Guedes				18 a 27.3.2019
Felipe Almeida Marques				24.1 a 2.2.2019
Gisleine Dal Bó	12 a 21.2.2019	15 a 24.5.2019		4 a 13.6.2019
Jiskia Sandri Trentin	24.6 a 13.7.2019			25.2 a 6.3.2019
João Meneghini Girelli				18 a 27.2.2019
Lenize Martins Lunardi Pedreira	13.5 a 1º.6.2019			1º a 10.4.2019
Marjorie Oliveira Zanchetta de Azambuja	3 a 12.6.2019			1º a 10.2.2019
Radamés de Almeida Domingos				6 a 15.2.2019
Romão Avila Milhan Junior				15 a 24.2.2019
William Marra Silva Junior				4 a 13.2.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 160/2019-PGJ, DE 18.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder aos Promotores de Justiça abaixo relacionados compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	PLANTÃO	DIAS DE GOZO
Daniel Pivaro Stadniky	10 e 11.6.2017	7 e 8.3.2019
Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	25 e 26.6.2016	17 e 18.1.2019
Rosana Suemi Fuzita Irikura	19.5.2018	18.1.2019
Talita Zoccolaro Papa Muritiba	2.11 e 19.12.2016	7 e 8.3.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 161/2019-PGJ, DE 18.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4256/2018-PGJ, de 12.12.2018, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior 2 (dois) dias compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, que seriam usufruídos nos dias 17 e 18.1.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 163/2019-PGJ, DE 18.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E:

Alterar a Portaria nº 4257/2018-PGJ, de 13.12.2018, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça de Campo Grande, referente ao primeiro semestre de 2019, de forma que:

- onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA
	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
27.5 (18h01min) a 3.6.2019 (7h59min)	André Antônio Camargo Lorenzoni
3 (18h01min) a 10.6.2019 (7h59min)	Helen Neves Dutra da Silva

- passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORES DE JUSTIÇA
	PLANTÃO CÍVEL (Telefone: 98478-2431)
27.5 (18h01min) a 3.6.2019 (7h59min)	Helen Neves Dutra da Silva
3 (18h01min) a 10.6.2019 (7h59min)	André Antônio Camargo Lorenzoni

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 162/2019-PGJ, DE 18.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 22.1.2019, as férias do Promotor de Justiça José Luiz Rodrigues, concedidas por meio da Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 165/2019-PGJ, DE 18.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Rosana Suemi Fuzita Irikura 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2011 a 6 de janeiro de 2012, a ser usufruído no dia 21.1.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 166/2019-PGJ, DE 18.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Regina Dornte Broch 4 (quatro) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 7 a 10.1.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 167/2019-PGJ, DE 18.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 14.1.2019, as férias da Promotora de Justiça Viviane Zuffo Vargas Amaro, concedidas por meio da Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 169/2019-PGJ, DE 18.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça de Dourados Eteocles Brito Mendonça Dias Junior e Luiz Gustavo Camacho Terçariol para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvarem nos autos do Procedimento Investigatório Criminal nº 06.2018.00003330-6, em trâmite na 16ª Promotoria de Justiça da mesma Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 170/2019-PGJ, DE 18.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça de Dourados Eteocles Brito Mendonça Dias Junior e Luiz Gustavo Camacho Terçariol para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvarem nos autos do Procedimento Investigatório Criminal nº 06.2019.00000088-5, em trâmite na 16ª Promotoria de Justiça da mesma Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 182/2019-PGJ, DE 21.1.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e considerando o contido na Resolução nº 001/2017-CSMP, de 4 de abril de 2017,

R E S O L V E:

Convocar os Promotores de Justiça em estágio probatório para passarem por avaliação no Instituto de Psicologia de Mato Grosso do Sul, na Av. Mato Grosso, nº 759, Centro, em Campo Grande – MS, conforme o cronograma abaixo, nos termos do § 7º do art. 2º da Resolução nº 001/2017-CSMP:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	DATA/HORÁRIO
Paulo Henrique Mendonça de Freitas	23.1.2019 – às 7h30min e às 14h30min
Anthony Allison Brandão Santos	25.1.2019 – às 7h30min e às 14h30min
Fabio Adalberto Cardoso de Moraes	
Gilberto Carlos Altheman Júnior	
Gustavo Henrique Bertocco de Souza	
Lenize Martins Lunardi Pedreira	
Adriano Barrozo da Silva	1º.2.2019 – às 7h30min e às 14h
Felipe Almeida Marques	
Juliana Pellegrino Vieira	
Mateus Sleiman Castriani Quirino	
Mariana Sleiman Gomes	
Michel Maesano Mancuelho	

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**RESOLUÇÃO Nº 01/2019-CSMP, DE 21 DE JANEIRO DE 2019.**

Altera o § 2º do artigo 8º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, instituído pela Resolução nº 003/2012/CSMP, de 18 de dezembro de 2012.

O Conselho Superior do Ministério Público, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 15 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e por seu Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º O § 2º do art. 8º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º (...)

§ 1º (...)

§ 2º O Relator deverá restituir os autos à Secretaria do Conselho Superior no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de seu recebimento, devidamente instruídos com seu relatório, voto e ementa, constando desta última a expressão ‘atuação resolutiva’, quando se tratar de arquivamento fundamentado na solução plena do conflito de interesses, mediante a garantia dos direitos difusos, coletivos e individuais indisponíveis, não bastando para esse fim a celebração do termo de ajustamento de conduta ainda não cumprido.” (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 21 de janeiro de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

ENUNCIADO Nº 21, DE 21 DE JANEIRO DE 2019.

O Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições, torna público que, na sessão do dia 18 de dezembro de 2018, o referido órgão colegiado aprovou o Enunciado em epígrafe, com a seguinte redação:

O sigilo dos autos de inquérito civil será determinado pelo membro do Ministério Público responsável pelo procedimento inquisitorial, devendo ser fundamentado qual o comprometimento da investigação pela não decretação da medida, a extensão de sua aplicação, se sobre todo o procedimento ou parte deste, sua classificação e prazo de vigência, nos termos da Lei nº 12.527/2011.

Os atos procedimentais que exijam o sigilo das informações por estarem relacionados à honra, à vida privada e à intimidade, ou por serem necessários à manutenção da segurança pública, do Estado ou de autoridade pública, devem tramitar em autos apartados do procedimento principal, atendendo às diretrizes da Súmula Vinculante nº 14 do STF.

O sigilo será levantado pelo CSMP quando houver pedido de arquivamento dos autos investigativos, podendo o Conselho mantê-lo mediante ato fundamentado, estipulando o prazo de prorrogação.

A publicidade da sessão do CSMP será restringida se o conteúdo das peças de informação sob sigilo forem objeto de fundamentação da decisão do colegiado.

Fundamento:

O artigo 37, *caput*, da Constituição da República impõe à Administração Pública, direta e indireta, o dever de dar publicidade a seus atos. Já o artigo 5º, inciso X, determina serem invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas.

Diante disso, vigora no ordenamento jurídico a regra geral de que os processos e procedimentos devem ser públicos, mas se admitindo o sigilo, entre outras hipóteses, por conveniência da investigação promovida pela autoridade pública e em respeito à imagem ou à privacidade dos envolvidos.

Hugo Nigro Mazzilli¹ acrescenta que o sigilo pode ser imposto nos casos previstos na lei, quais sejam: a) por motivo de interesse público fundado na segurança da sociedade ou do Estado; b) por conveniência da investigação promovida pela autoridade pública; c) em respeito à imagem ou à privacidade das pessoas; d) para a proteção de outros interesses que o legislador repute relevantes.

No que se refere especificamente ao inquérito civil, a questão encontra-se brevemente regulamentada pelas normas expedidas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), bem como pelas resoluções institucionais deste Órgão.

Nesse sentido, nos termos do previsto pelo artigo 7º da **Resolução nº 23, de 17 de setembro de 2007**, do CNMP aplica-se, via de regra, o princípio da publicidade dos atos ao inquérito civil, com exceção das situações em que houver sigilo legal ou em que a publicidade puder acarretar prejuízo às investigações, casos em que a decretação do sigilo legal deverá ser motivada.

O § 4º do mesmo dispositivo estabelece que a restrição à publicidade deve ser decretada em decisão motivada, para fins do interesse público, e pode ser, conforme o caso, limitada a determinadas pessoas, provas, informações, dados, períodos ou fases, cessando quando extinta a causa que a motivou.

Da mesma forma, o CNMP, mediante a **Resolução nº 89, de 28 de agosto de 2012**, disciplinou que as informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas somente poderão ser divulgadas ou acessadas por terceiros mediante previsão legal, ordem judicial ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem (art. 10, § 4º).

Portanto, conclui-se inicialmente, consoante as normas mencionadas e as palavras de Hugo Nigro Mazzilli², que *“A regra geral é a de que o inquérito civil sujeita-se ao princípio da publicidade, salvo se: a) o Ministério Público teve acesso a informações sigilosas que passaram a integrar os autos; b) da publicidade puder resultar prejuízo à investigação ou ao interesse da sociedade, ou ainda ao interesse do Estado”* (grifo nosso).

Tais regramentos são corroborados com as disposições do ordenamento jurídico pátrio, em especial as concernentes à **Lei de Acesso à Informação (LAI – Lei nº 12.257, de 18 de novembro de 2011)**, que prevê que cabe aos órgãos e entidades do poder público a proteção da informação sigilosa e pessoal, observada eventual restrição de seu acesso.

Para tanto, o artigo 7º, § 5º, da citada Resolução nº 23 do CNMP consigna que os documentos resguardados por sigilo legal devem ser autuados em apenso, com o objetivo de que as informações pessoais, relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem, ou aquelas relevantes à segurança pública ou do Estado, tenham seu acesso restrito.

Desse modo, sendo a limitação parcial, o interessado pode, mediante pedido fundamentado, ter acesso aos autos principais e deles extrair cópia, mas as peças de informação gravadas com sigilo mantêm-se protegidas em autos apartados.

No mesmo sentido, a disposição do artigo 26, parágrafo único, da Resolução nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, deste Ministério Público Estadual:

¹ MAZZILLI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 432.

² MAZZILLI, Hugo Nigro. *A defesa dos interesses difusos em juízo*. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 451.

Art. 26. A decretação de sigilo deverá observar as disposições legais e normativas pertinentes ao tema, podendo alcançar a totalidade dos autos ou apenas um ou mais documentos ou arquivos do processo.

Parágrafo único. Quando o sigilo referido no *caput* alcançar apenas um ou alguns documentos ou arquivos, eles não serão juntados diretamente nos autos digitais, cumprindo ao órgão de execução determinar que se autue em apartado o arquivo ou documento submetido a sigilo, mediante cadastramento de protocolo sigiloso, vinculado aos autos principais, mediante apensamento.

Ressalve-se que, em se tratando de informações pessoais, o pedido deverá ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais. Tais informações terão seu acesso restrito, independentemente de classificação do sigilo, pelo prazo máximo de 100 (cem) anos a contar de sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem, nos termos do artigo 31 e seguintes da Lei de Acesso à Informação e sua regulamentação conforme o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

Tratando-se, por outro lado, de informações consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação implique em riscos, nos termos do artigo 23 da Lei nº 12.527/2011, estas poderão ser restringidas, respeitando-se os prazos máximos dos incisos do § 1º do artigo 24 da Lei nº 12.527/2011, conforme a classificação oferecida (ultrassecreta; secreta ou reservada).

Ademais, a decretação de sigilo nos autos de inquérito civil deverá ser fundamentada nos termos da Lei nº 12.527/2011, devendo a autoridade indicar em que consiste o comprometimento da investigação e qual o grau de sigilo das informações.

É a inteligência do artigo 30, *caput*, da Resolução nº 15/2007, de 27 de novembro de 2007, deste Conselho Superior, que determina a necessidade de fundamentação do despacho que impõe o sigilo, uma vez que é de responsabilidade do presidente do inquérito civil a preservação dos interesses sob investigação, sejam eles de natureza pública, sejam de natureza personalíssima.

Consigne-se ainda que, conforme a Política e o Plano de Segurança institucional deste Ministério Público Estadual, a classificação dos documentos de acordo com o grau de sigilo tem por finalidade assegurar que estes recebam nível adequado de proteção (artigo 7º, § 3º, da Resolução nº 10/2018-PGJ, de 25 de maio de 2018, e artigo 58, § 2º, do Anexo I da Resolução nº 11/2018-PGJ, de 25 de maio de 2018).

Pública também deve ser a sessão de julgamento em que for votada por este Conselho Superior a promoção de arquivamento, nos termos do artigo 10, § 5º da Resolução CNMP nº 23. A norma, porém, põe a salvo o caso de haver sido decretado sigilo.

De forma semelhante, a Resolução CNMP nº 89 estabeleceu que as sessões dos órgãos colegiados da Administração Superior do Ministério Público serão públicas e, sempre que possível, transmitidas ao vivo pela internet, nos termos de seu artigo 21.

Nessa hipótese, a sessão deve ser transmitida enquanto não forem discutidas as provas sigilosas. Todavia, se, para a homologação ou não do arquivamento, se mostrar necessário o debate sobre documentos em sigilo, a transmissão deve ser interrompida de modo a preservá-lo.

Destaca-se, nesse sentido, disposição semelhante conferida pelo Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público de São Paulo:

Art. 237 - As sessões de julgamento serão realizadas em auditórios adequados do Ministério Público, sob portas abertas e com ingresso franqueado a qualquer pessoa.

(...)

§ 3º - Se nos autos houver documentos ou informações sobre as quais recaia sigilo legal, a discussão pública da matéria não fará menção aos dados sigilosos; caso indispensável a menção, serão tomadas as cautelas necessárias para preservar o sigilo legal.

Ressalvadas as informações de caráter pessoal, cujo tratamento é disciplinado pela LAI e pelo Decreto nº 7.724/2012³, o sigilo do procedimento deverá ser levantado pelo Relator durante sessão de julgamento, quando não mais se justifique a medida. Se assim não entender, deverá se manifestar de forma fundamentada e ainda fixar o prazo a ser concedido para a prorrogação da medida, nos termos da Lei nº 12.257/2011.

Sendo assim, a manutenção do sigilo nos inquéritos civis deve se dar por decisão fundamentada e que fixe termo final para a restrição, respeitando-se o limite do artigo 24, § 1º da Lei nº 12.257/2011, bem como explicitar seu alcance, se extensivo a todo o procedimento ou apenas a alguns de seus documentos ou arquivos.

Campo Grande, 21 de janeiro de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

AVISO Nº 034/2019-GED

XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **TORNA PÚBLICA** a **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário do candidato **SOMANG LUCAS PINHEIRO DE MORAIS**, aprovado em 3º lugar no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2018-GED, de 2 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1789, de 3 de agosto de 2018, referente ao curso de Ensino Médio, Nível Médio, da comarca de Jardim, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionado em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 7 do Capítulo X – Da Convocação e Admissão – do Edital nº 001/2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018 e **DECLARA** a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossado dos candidatos abaixo relacionados, aprovados no referido Processo de Seleção, uma vez que tais candidatos não apresentaram a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados no Aviso de Convocação nº 031/2018-GED, publicado no DOMP nº 1877, de 13 de dezembro de 2018.

COMARCA	NÍVEL DE ENSINO	CANDIDATO	POSIÇÃO
Campo Grande	Administração – Nível Graduação	César Henrique Batista Sabala	7º
Campo Grande	Engenharia Civil – Nível Graduação	Marcos Mota Medalha Júnior	2º
Paranaíba	Ensino Médio - Nível Médio	João Vitor Mendes de Moraes	3º

Campo Grande, 22 de janeiro de 2019.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo

³ O Decreto nº 7.724/2012 disciplina que as informações pessoais detidas pelos órgãos ou entidades terão acesso restrito a agentes públicos, independentemente da classificação do sigilo, pelo prazo máximo de 100 anos a contar da data de sua produção, ou poderão ter sua divulgação ou acesso autorizados mediante previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que se referirem. O consentimento não será exigido nas hipóteses dos artigos 57 e 58 do referido Decreto, sendo o pedido de acesso a tais informações regulamentado pelo artigo 60 e seguintes do mesmo diploma legal.

AVISO Nº 035/2019-GED**XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **CONVOCA** os candidatos aprovados no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2018-GED, de 2 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1789, de 3 de agosto de 2018, para a entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

Os candidatos convocados deverão comparecer, nos locais, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo, munidos dos documentos relacionados nos itens 13 e 14, capítulo X do Edital nº 001/2018, de 23 de março de 2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018, especificados, no item 2 desse aviso.

1.1. CANDIDATOS CONVOCADOS - COMARCA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214- Jardim Veraneio, Campo Grande - MS, nos dias e horários mencionados no quadro abaixo

ECONOMIA – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
31/01/2019	10h	Allison Gonçalves Uzêda	1º

ADMINISTRAÇÃO – NÍVEL GRADUAÇÃO**TURNO MATUTINO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
31/01/2019	10h	Gabriel Barbosa da Silva	9ª

ENGENHARIA CIVIL - NÍVEL GRADUAÇÃO**TURNO MATUTINO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
31/01/2019	10h30m	Sarah Rodrigues Durães	3ª

ADMINISTRAÇÃO – NÍVEL GRADUAÇÃO**TURNO VESPERTINO**

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
31/01/2019	14h	Anna Clara Bissacot de Oliveira	8ª
31/01/2019	14h	Waleska Ketlyn Cuêvas de Paula	9º

1.2. CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE ÁGUA CLARA

LOCAL: Promotoria de Justiça de Água Clara, situada na Rua Francisco Vieira, nº 200, Centro, Água Clara - MS.

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
31/01/2019	14h	Leandro Bueno Candido	1º

1.3. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE APARECIDA DO TABOADO

LOCAL: Promotoria de Justiça de Aparecida do Taboado, situada na Avenida dos Estudantes, nº 3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado - MS.

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
31/01/2019	14h	Pedro Henrique Galvão de Oliveira	1ª
31/01/2019	14h	Sâmara Oliveira Almeida	2ª

1.4. CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE CHAPADÃO DO SUL

LOCAL: Promotoria de Justiça de Chapadão do Sul, situada na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 435, Parque União,

Chapadão do Sul - MS.

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
31/01/2019	14h	Heitor Augusto Sells	2ª

1.5. CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE COXIM

LOCAL: Promotoria de Justiça de Coxim, situada na Avenida Márcio Lima Nantes, nº 105, Vila São Salvador, Coxim - MS.

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
31/01/2019	14h	Thiago Ferronato	1º

1.6. CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE DEODÁPOLIS

LOCAL: Promotoria de Justiça de Deodápolis, situada na Rua Francisco Alves da Silva, nº 103, Centro, Deodápolis - MS.

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
31/01/2019	14h	Gabriel Cosme Zanata de Moraes	1º

1.7. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE DOURADOS

LOCAL: Promotoria de Justiça de Dourados, situada na Rua João Corrêa Neto, nº 400, Santo Antônio, Dourados - MS.

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
31/01/2019	13h30min	Marcos Gonçalves Sanches Pereira	1ª
31/01/2019	13h30min	Eric Kaynan Silva e Matos	2ª
31/01/2019	14h	Daniel Proença Sabino	3ª
31/01/2019	14h	José Dorcilio de Oliveira Júnior	4ª
31/01/2019	14h30min	Milene Silva dos Santos	5ª
31/01/2019	14h30min	Daniel Wilhelm Konzen	6ª
31/01/2019	15h	Gabriel Caldeira Petelin	7ª
31/01/2019	15h	Evauto Gabriel Rodrigues Balmorisco	8ª
31/01/2019	15h30min	Eduardo Bernardes Silva	9ª
31/01/2019	15h30min	Edenilson Batista Pereira	10º

1.8. CANDIDATA CONVOCADA – COMARCA DE ITAPORÃ

LOCAL: Promotoria de Justiça de Itaporã, situada na Avenida Stefano Gonelo, nº 62, Centro, Itaporã - MS.

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
31/01/2019	14h	Taynara Guerra de Souza	1ª

1.9. CANDIDATOS CONVOCADOS – COMARCA DE ITAQUIRAÍ

LOCAL: Promotoria de Justiça de Itaquiraí, situada na Avenida Mato Grosso, nº 350 Centro, Itaquiraí - MS.

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
31/01/2019	14h	Larissa Akemi Muranishi Ramalho	1ª
31/01/2019	14h	Beatriz Gesser da Silva	2ª

1.10. CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE JARDIM

LOCAL: Promotoria de Justiça de Jardim, situada na Avenida Coronel Stuck, nº 85, Centro, Jardim - MS.

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
31/01/2019	14h	Gabriel Siqueira de Mattos	4º

1.11. CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE MARACAJU

LOCAL: Promotoria de Justiça de Maracaju, situada na Rua Appa, nº 141, Centro, Maracaju - MS.

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
31/01/2019	14h	Luiz Hinriqui de Souza Pare	1ª

1.12. CANDIDATA CONVOCADA – COMARCA DE NIOAQUE

LOCAL: Promotoria de Justiça de Nioaque, situada na Rua Coronel Juvêncio, nº 262, Centro - MS.

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
31/01/2019	14h	Fernanda Noia Zanata	1ª

1.13. CANDIDATA CONVOCADA – COMARCA DE PARANAÍBA

LOCAL: Promotoria de Justiça de Paranaíba, situada na Rua José Robalinho da Silva, 215, Jardim Santa Mônica – Paranaíba - MS.

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
31/01/2019	14h	Ana Carolina Marques Mangueira de Souza	4ª

1.14. CANDIDATA CONVOCADA – COMARCA DE PONTA PORÃ

LOCAL: Promotoria de Justiça de Ponta Porã, situada na Rua Baltazar Saldanha, nº 1613, Bairro da Saudade, Ponta Porã - MS.

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
31/01/2019	14h	Beatriz Ferreira Machado	3ª

1.15. CANDIDATO CONVOCADO – COMARCA DE RIO BRILHANTE

LOCAL: Promotoria de Justiça de Rio Brilhante, situada na Rua Rio Brilhante, nº 1154, Vila Maria, Rio Brilhante - MS.

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
31/01/2019	14h	Rodrigo Quinhone Veiga Duraís	2ª

1.16. CANDIDATA CONVOCADA – COMARCA DE SÃO GABRIEL DO OESTE

LOCAL: Promotoria de Justiça de São Gabriel do Oeste, situada na Avenida Mato Grosso do Sul, nº 1745, Centro, São Gabriel do Oeste - MS.

ENSINO MÉDIO – NÍVEL MÉDIO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
31/01/2019	14h	Luísa Carla Ferreira	1ª

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

2.1. Para admissão, os candidatos de Nível Superior de Pós-Graduação, de Graduação e de Nível de Médio deverão apresentar os seguintes documentos:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;

2	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, que informe o <u>ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações)</u> ;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidões criminais dos cartórios distribuidores das Justiças Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; Certidão e/ou atestado de antecedentes criminais fornecidas pelas Polícias Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Atestado de exame ABO-RH;
8	Número da agência e da conta corrente no Banco do Brasil (<u>exceto poupança</u>);
9	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10	Ficha de Cadastro manuscrito/digitado em todos os campos e assinada;
11	Declaração de não participação em diretoria de Partido Político;
*12	Diploma em curso Nível Superior – Graduação;
*13	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, em curso de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado ou doutorado.

(*) Documentos específicos para estagiários de nível de pós-graduação.

Cumpra observar que diante de previsão expressa no Edital nº 001/2018-GED, no capítulo “X – Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no aviso de convocação, no prazo de 3 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

A manifestação deverá ser enviada para o “e-mail” estagiariosadm@mpms.mp.br.

Campo Grande, 22 de janeiro de 2019.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 03/PGJ/2019.

Processo PGJ/10/0213/2019.

Partes:

1 – **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**.

2 – **BANCO DO BRASIL S.A.**, representado por **Wladimir Nunes dos Santos**.

Procedimento licitatório: Licitação dispensada, nos termos do artigo 24, II, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

Objeto: Contratação de serviços bancários a serem prestados pelo Contratado para pagamento a favorecidos indicados pelo Contratante, compreendendo o pagamento de auxílios e indenizações pelo Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público (FEADMP/MS).

Valor contratual anual estimado: R\$17.160,00 (dezesete mil, cento e sessenta reais).

Vigência: 22.01.2019 a 31.12.2019.

Data da assinatura: 22.01.2019.

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Extrato do Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por seu Procurador-Geral Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**; e **BANCO DO BRASIL S.A.**, representado por **Wladimir Nunes dos Santos**.

Processo nº PGJ/10/4283/2018.

Amparo Legal: Decreto Estadual nº 11.261, de 16 de junho de 2003; Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Objeto: Abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, em razão de contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, visando a operacionalização da retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos, nos termos do artigo 18, §1º, inciso I, da IN Nº 05/2017.

Vigência do Convênio: 07.01.2019 até 07.01.2021.

Data da assinatura: 7 de janeiro de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 001/2019/IC**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000022-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Apurar degradação ambiental em nascente do Córrego Coqueiro e sua respectiva área de preservação permanente em imóvel pertencente ao Município de Campo Grande, matriculado sob n. 182.342.

Campo Grande, 14 de janeiro de 2019.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 002/2019/IC

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000021-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Apurar degradação ambiental em Área de Preservação Permanente da nascente do Córrego Coqueiro localizada em área pública municipal (matrícula imobiliária n. 202.448).

Campo Grande, 15 de janeiro de 2019.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 003/2019/IC

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000023-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Novo Destino Empreendimentos Imobiliários Ltda

Assunto: Apurar a existência de degradação ambiental à montante da nascente do Córrego Lajeado em área de propriedade da empresa Novo Destino Empreendimentos Imobiliários.

Campo Grande, 16 de janeiro de 2019.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 004/2019/IC

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000024-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município

Assunto: Apurar a existência de degradação ambiental em nascente do Córrego Lajeado, em áreas pertencentes ao município de Campo Grande MS, matrículas 208.058 e 214.369.

Campo Grande, 16 de janeiro de 2019.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

DOURADOS

EDITAL Nº 0008/2019/1IPJ/DOS

A 11ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto, n. 400, Jardim Santo Antônio ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002200-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Investigado: Instituto do Meio Ambiente de Dourados - IMAM

Assunto: Apurar notícia indicativa de irregularidades nos procedimentos de licenciamento ambiental que tramitaram junto ao Instituto do Meio Ambiente de Dourados/MS, entre os anos de 2015 e 2016.

Dourados, 22 de janeiro de 2019

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

BATAYPORÃ

EDITAL Nº 0002/2019/PJ/BIP

A Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Batayporã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil n. 06.2018.00002225-3, o qual se encontra a disposição de quem possa interessar no endereço Rua Jair Abranches Mella, nº 1.203, Centro, Batayporã-MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002225-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A Apurar

Assunto: Apurar possível desvio de função dos servidores da administração pública municipal de Batayporã.

Batayporã, 21/01/2019.

BIANKA MACHADO ARRUDA MENDES

Promotora de Justiça